



ACÓRDÃO Nº955/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11119/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social – MARAAPREV.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Benedito de Oliveira Júnior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6125/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social – MARAAPREV. Exercício de 2018.

Irregularidade. Revelia. Alcance. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social – MARAAPREV, referente ao exercício de 2018, tendo como responsável o **Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Voto;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor do MARAAPREV e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, pelo não atendimento da Notificação nº 001/2019-CI/DICERP, desta Corte de Contas;
- 10.3. **Considerar em Alcance** o **Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor do MARAAPREV e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, no valor de **R\$ 217.964,49** (duzentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), em razão dos resgates feitos pelo



ACÓRDÃO Nº955/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

MARAAPREV, onde não foram encontrados, conforme afirma a Comissão de Inspeção, registros dos gastos realizados com tais recursos, item 5.5, da fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos, no prazo de 30 dias, na esfera Municipal para o órgão Fundo de Previdência Social – MARAAPREV, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor do MARAAPREV e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, pelo ato de gestão ilegítimo e antieconômico de que resultou injustificado dano ao erário, item 5.5, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor do MARAAPREV e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, itens 1.1 a 5.4 e 6.1 a 8.6, da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº955/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.6. Determinar o encaminhamento ao Ministério Público Estadual, nos termos do art. 190, inciso III, alínea “b”, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

11- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Outubro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral